

A adolescência na sociedade moderna

Do ponto de vista sociológico, a adolescência é um «período da vida» cuja definição e cujos limites dependem do tipo de sociedade considerado e variam de umas para outras camadas sociais. No presente artigo — elaborado para Análise Social — destacam-se, primeiramente, alguns aspectos fundamentais da situação que lhe é criada, no plano jurídico e no plano da vida quotidiana, pelas sociedades modernas, e depois, um certo número de factores que levam à formação de grupos juvenis e de uma «cultura dos jovens».

1. Perspectiva histórica do tema

Antes de atentarmos pròpriamente na adolescência contemporânea, desejaríamos situar-nos em determinada perspectiva, mediante um breve *memorandum* da história deste «período da vida» (*âge de la vie*). Trata-se, na verdade, de um «período da vida» e não de uma «fase de desenvolvimento», pois, em rigor, não será referindo-a a um processo de maturação psicológica observada que nos ocuparemos aqui da adolescência.

O interesse que hoje suscitam a infância e a adolescência não é comum a todos os tempos e a todos os lugares. Segundo determinadas pesquisas históricas, particularmente as de Philippe ARIÈS¹, um tal interesse só apareceu na Europa a partir do século XIII, ganhando corpo no séc. XVI, principalmente sob duas formas: o «embonecamento» (*mignotage*), que transforma a

N. da R. — Os subtítulos do presente artigo são da responsabilidade de *Análise Social*, pois não figuram no original francês.

¹ Philippe ARIÈS, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Plon, 1957.

criança de qualquer camada social num ser gracioso, num objecto lúdico, e a «educação», mais grave, que considera a criança (e sobretudo o adolescente) como um ser cuja inocência se deve preservar e cuja fraqueza tem de ser armada. Sem dúvida que a educação, concebida como acção a ser exercida pelos adultos no sentido de tornar os jovens mais aptos para a vida social (definição de DURKHEIM), é consubstancial a toda a forma de sociedade. Mas havia sido até àquela época, para a grande maioria da população, mais informal que intencional. A história das cerimónias católicas, por exemplo, é significativa do surto deste «período da vida»: quando a ideia da infância não havia ainda tomado vulto na Europa, o Baptismo era «passagem» suficiente da não-existência à existência. A Confirmação era conferida sobretudo a adultos. Ao surgir como distinta a infância, tornou-se necessário conferir um cunho religioso à passagem para uma outra idade. A cerimónia da Primeira Comunhão radica, assim, no século XVII, reforçada nos meios rurais no decorrer do século XIX, como um dos meios missionários essenciais.

Da fraqueza atribuída à criança se infere, simultâneamente, a sua irresponsabilidade e o dever do adulto de a criar e educar. Tal concepção não se difundiu, porém, do mesmo modo em todas as camadas sociais e, sobretudo, não foi nelas aplicável a uma infância de uniforme duração. Durante largo tempo, com efeito, a maior parte da população cedo foi separada da sua progenitura: a aprendizagem junto de um artífice distante, o contrato anual de trabalho dos jovens rurais, constituíam rupturas praticamente definitivas; os diversos compromissos, quer se tratasse do exército, do convento ou do seminário, efectuavam-se frequentemente a partir da idade de 12 ou 13 anos. Para todos estes, a adolescência não decorria no seio da família; e era a própria criança que se tornava responsável pelo seu destino. No extremo oposto, uma longa educação, pouco necessária deveria parecer a uma aristocracia segura de si e estável — o nascimento, e não os caracteres adquiridos, se encarregava de atribuir ao indivíduo estatuto social e bens. O jovem aristocrata era assim considerado capaz, como que por dom carismático, de corresponder ao que dele se esperava; os seus feitos eram inatos, e a sua vida, contínua. Pelo contrário, para aqueles cujas actividades eram competitivas, estando portanto destinados a encontrar em seu caminho as resistências da natureza ou das vontades contrárias de outros homens, necessário se tornava adquirir, pela aprendizagem e pelo exercício, um certo número de conhecimentos e aptidões (*savoir-faire*). Assim, o jovem burguês será criança até que haja atingido determinado «estado», e os estudos, particularmente no caso do rapaz, serão responsáveis pela preparação de um tal «estado». Pouco a pouco, a possibilidade de fazer recuar, por tanto tempo quanto possível,

o acesso a esse «estado» torna-se sinal de recursos financeiros elevados. Mais que as competências particulares, o saber e o afinamento do bom-gosto, passaram a sinais de pertença a uma elite, pressupondo a sua aquisição um longo tempo livre antes do acesso às responsabilidades económicas. A industrialização do séc. XIX veio ainda reforçar este aspecto distintivo de uma longa infância, uma vez que obrigou as classes inferiores a uma infância muito curta; se as famílias da classe operária urbana se encontraram praticamente dissociadas, se esta se viu compelida a enviar os seus filhos para o trabalho a partir dos 8 anos e, por vezes, mais cedo, a burguesia esforçou-se, pelo contrário, por oferecer longos estudos a seus filhos.

Ao mesmo tempo que o conceito de uma longa infância se consolidava, surgia um novo tipo de continuidade familiar, mais voluntária e mais controlada que a da aristocracia; uma vez adquiridos os bens, a sua transmissão não deixava, com efeito, de pôr problemas, como no-lo recordam os casamentos em MOLIÈRE. E em breve a imagem da intimidade familiar — agora a do teatro de DIDEROT e ainda a da pintura de GREUZE² — se tornará característica da burguesia. Os pais sentir-se-ão responsáveis pela educação de seus filhos; os tratados de educação, dos quais *Émile* é o mais conhecido, irão proliferar.

2. Os limites da infância e da adolescência, do ponto de vista dos adultos

Qual é, actualmente, em França, a duração da infância? Antes de abordar a consciência que a adolescência tem de si própria, continuemos a reflectir sobre a situação que lhe é criada, em primeiro lugar no plano jurídico, seguidamente na vida quotidiana.

O surto de códigos que não diferenciam os cidadãos e, bem mais recentemente, uma certa aproximação de facto das condições de vida e dos modelos culturais terão apagado as diferenças e produzido um consenso geral?

Os limites de idade previstos pela legislação encontram-se, na maior parte dos casos, longe de serem coerentes. Em França, a maioridade legal (direito de adquirir e ceder bens, capacidade de cidadão) é conferida aos 21 anos. A maioridade penal é, porém, atingida aos 18, englobando já, para o magistrado, a possibilidade de reconhecer como plenamente responsável um delinquente de

² Sejam-nos perdoadas as nossas demasiado numerosas referências francesas, sinais evidentes de etnocentrismo. A nossa cultura portuguesa, e mesmo ibérica dum modo geral, é escandalosamente pobre, contrariamente à cultura francesa do público português, que nos confunde de admiração.

16 anos³. Quanto ao casamento, é possível (embora não o seja sem a autorização parental) a partir dos 18 anos para os rapazes e dos 15 para as raparigas; pressupõe, na nossa concepção moderna, a plena capacidade de discernimento. Finalmente, legislações mais tardias, tais como o código do trabalho e o próprio código da estrada fixam os seus limites de idade nos 18 anos. Sem dúvida, todas estas regulamentações não devem ser colocadas no mesmo plano, pois que umas fixam a idade mínima para o exercício de um direito (direito de voto, carta de condução) e outras a idade extrema para o benefício de uma protecção (trabalho, justiça penal). A sua diversidade não corresponde, porém, a um sistema coerente: ao considerá-las, verificamos que não existe uma hierarquia de domínios exigindo graus crescentes do sentido das responsabilidades ou da capacidade de defesa. A partir destes dois ângulos — direito e protecção — verifica-se, no entanto, qual é a noção jurídica de infância, muito próxima, na verdade, da concepção concreta que acima referimos: ela encontra-se privada de determinados direitos porque é julgada irresponsável; simultaneamente, é objecto de protecção por causa da sua fraqueza. A incerteza surge apenas quanto aos limites daquela irresponsabilidade e desta fraqueza.

Serão os comportamentos quotidianos, particularmente nas famílias, mais homogêneos? À primeira vista deparamos, nos nossos dias, um movimento duplo, que determina uma situação paradoxal: por um lado, a participação dos adolescentes na actividade económica é cada vez mais tardia, não só porque a escolaridade obrigatória tende a prolongar-se, mas ainda porque, de facto, a procura social de estudos prolongados é cada vez maior. Sendo a autonomia económica tardia, a adolescência pode, assim, parecer prolongar-se. E, no entanto, os gritos de alarme tendo por mote «já não há juventude», são frequentes. Não creio que sejam simples aberração. Referem uma evolução real, não no aspecto da irresponsabilidade, mas no da preservação. Em particular, a ignorância sexual não mais constitui norma para os adolescentes, que cedo se encontram ao corrente da vida dos adultos. De certo ponto de vista, as preocupações dos muito jovens são, se consideradas em referência a uma certa imagem de inocência, preocupações de indivíduos adultos; todavia, uma parte importante das responsabilidades reais permanece adiada. Assim, a interdependência dos dois aspectos tradicionais da infância deixou de se verificar nos nossos dias.

Tal ruptura não é talvez alheia à incerteza contemporânea de pais e mães quanto à duração das suas próprias funções de educadores. Há alguns anos, aquando de um inquérito por entre-

³ Cfr. sobre este ponto: A. BESSON et collab., *Seuils d'âge et législation pénale*, Paris, 1961.

vistas directas junto de pais de todas as camadas sociais e em várias cidades francesas, tive ocasião de elaborar uma pergunta aberta referente a essa duração: «Até quando se considera como responsável pela educação de seu filho (ou de sua filha)?». O reagrupamento e a codificação das respostas não apresentou dificuldades, pois a maior parte dos entrevistados dava a impressão de se reportar a uma verdadeira norma. Apenas alguns declararam não lhes ser possível indicar uma norma, por preferirem atender às diversidades individuais: «É-me impossível responder neste momento — dizem —; tudo dependerá da sua maturidade».

Um primeiro grupo importante (um quarto da amostra) reagiu por uma forma plena de significado social, embora não possa classificar-se como uma categoria de idade; recusando a ideia de um limite às suas funções, forneceu uma resposta do tipo: «Teremos influência sobre eles enquanto vivermos e estamos certos de que sempre nos pedirão conselho». Pensamos poder interpretá-la em termos de estabilidade social e de continuidade familiar. Não só a experiência acumulada, como ainda a filiação, são encaradas como dando direito à autoridade prolongada. Surgiu-nos muito mais frequentemente a propósito das raparigas que a propósito dos rapazes: espera-se das mulheres, consideradas como menos inovadoras, que sejam fiéis à sua família de origem. A continuidade do nome de família através dos homens é, assim, compensada por uma continuidade de costumes e de princípios através das mulheres. Os pais «burgueses» (quadros superiores de empresas, industriais, membros das profissões liberais, etc.), mais frequentemente que os outros, responderam assim. Este tipo de resposta, porém, não lhes foi exclusivo. Tudo se passa como se, para esse grupo, a infância social, do ponto de vista das responsabilidades, apenas findasse com a morte dos pais. Trata-se, evidentemente, de uma interpretação extrema, sem dúvida alheia, enquanto tal, ao espírito de qualquer dos adultos interrogados.

No pólo oposto, um grupo muito reduzido (cerca de 5%) respondeu (invocando por vezes o fim da escolaridade obrigatória) que, a partir do momento em que os filhos atingissem os 14 ou 15 anos, a sua função estaria terminada. Tal resposta teria certamente sido mais frequente na classe operária de há um século, cujos filhos trabalhavam já. Nos nossos dias, são ainda os operários, sobretudo os indiferenciados, a fornecê-la com maior frequência do que as outras categorias da população urbana; mas em todas aparece nitidamente minoritária. Os parisienses apresentam igualmente uma tendência ligeiramente mais intensa do que os residentes em cidades da província para considerar a infância social como finda a partir dessa idade. Esta tendência é talvez explicável em função da distância e descontinuidade entre os bairros da capital, pois que assim se torna mais difícil o controle

sobre os filhos ou filhas já empregados. Registemos sobretudo o facto de que a grande maioria dos entrevistados de todas as categorias sociais se atribui, em contrapartida, responsabilidades de educação muito para além da puberdade fisiológica dos adolescentes.

A etapa seguinte, citada em um pouco mais de 20 % dos casos, situa-se nos 18 anos. Os comentários dos pais referem a capacidade de razão de que esta idade é já dotada, mas, sobretudo, o fim dos estudos gerais, técnicos ou comerciais. A percebemo-nos, assim, de que os estudos são mais considerados como sinal de infância, do que o trabalho profissional é encarado como sinal directo de maturidade. «Se a escola deixa de se ocupar deles, referem certos entrevistados, é que se encontram maduros para a vida social». As instituições escolares penetraram a um tal ponto nos costumes desta população urbana que, em muitos casos, indirectamente fixam as normas de comportamento dos próprios pais. Trata-se muito menos frequentemente, porém, de uma regra legalmente prescrita (a obrigatoriedade escolar até aos 14 anos) que de uma prática real, quase codificada pelos costumes para grande parte dos Franceses urbanos: a escolaridade a tempo completo ou a tempo parcial até aos 19 anos. Quase tão frequente a propósito das raparigas como a propósito dos rapazes, esta resposta é, tal como a precedente, um pouco mais comum entre os operários que nas outras categorias sociais; importante ainda nas classes médias, aparece raramente na burguesia.

Surge seguidamente uma etapa característica da imagem da maturação masculina: o serviço militar. Bate todos os *records*, pois nela se concentram aproximadamente metade das respostas. «Depois disso, será um homem», acrescentam frequentemente os pais com convicção. Em que sentido se reveste o serviço militar, visto pelos adultos, desta função de *passagem*? Tratar-se-á de uma transformação de personalidade, constatada empiricamente? Sem dúvida que uma certa experiência se orienta neste sentido; mas muitos dos que assim se proferem, fazem-no mais frequentemente em termos de norma do que em termos de experiência psicológica: «Depois, as coisas serão diferentes», acrescentam frequentemente as mães. Se as coisas serão diferentes, decerto que isso se deve a uma espécie de consenso entre pais e filhos, aprovado pelo meio. Este aspecto de «passagem» é atestado por verdadeiros ritos de incorporação cujos traços subsistem em certas regiões francesas: pregos incrustados numa árvore, garrafas penduradas num poste, símbolos diversos acompanhados de ágapes e de algumas destruições. Simultaneamente, com efeito, tenta-se superar a ansiedade do momento em que se abandona a protecção da comunidade familiar e celebra-se a libertação das obrigatoriedades impostas por essa mesma comunidade: é marcada a ruptura. Todas estas ceri-

mónias constituem, porém, uma evidente homenagem aos valores bélicos: a virilidade será assinalada pelo porte de armas. Penso que algo subsiste de uma tal atitude na insistência dos pais sobre esta etapa.

Nem todas as categorias sociais lhe atribuem, porém, a mesma importância: é mais frequente na província do que em Paris e, sobretudo, tê-la-íamos provavelmente encontrado com maior frequência fora das cidades, se o inquérito houvesse englobado uma amostra rural. Encontrámo-la em Paris (em um pouco menos de 20 % dos casos), mas em termos que levam a pensar numa espécie de resíduo e igualmente repartida por todas as categorias sociais. Nas aglomerações onde é mais frequente, surge também mais diferenciada. Os operários, os empregados e os pequenos comerciantes citam-na então muito mais frequentemente do que os quadros médios ou superiores. Não penso, contudo, que os valores bélicos implicados sejam objecto de pouco apreço na burguesia, mas antes que esta valoriza o serviço militar mais para as outras classes do que para si própria, mais para as classes que, a seu ver, necessitam da experiência da submissão à autoridade. Ao definir a maturidade social dos seus próprios filhos, a burguesia prefere tomar como referência outras etapas.

Os vinte e um anos da maturidade legal não são, por outro lado, tão frequentemente citados quanto seria de esperar: apenas 10 % das respostas indicam essa idade como limite para os rapazes; é evidente que esta resposta é absorvida, no teste utilizado, pela resposta «serviço militar», mas vê-se, precisamente, que as capacidades militares são consideradas mais significativas da idade adulta do que os diversos atributos do homem legalmente maior, particularmente a capacidade de eleitor em todas as instâncias políticas. Esta etapa é um pouco mais frequentemente citada (14 %) a propósito das raparigas, na medida em que o serviço militar não lhes diz respeito e parece-nos que neste caso a maioridade é considerada mais no seu aspecto de direito ao matrimónio sem autorização parental, do que no seu aspecto de capacidade política, esta última não sendo julgada essencial para as mulheres. É um pouco mais frequente na província do que em Paris, mas sobretudo mais frequente na burguesia do que nas outras categorias sociais. Em relação às etapas dos 15 ou dos 18 anos, cuja tendência de repartição é inversa, esta última corresponde a uma infância nitidamente mais longa, valorizada por aqueles que possuem os meios para a sustentar.

Mais de 13 % dos pais, finalmente, consideram que, no atinente às suas filhas, será o casamento que os libertará da responsabilidade parental. No caso dos rapazes, a mesma etapa é quase irrelevante (5 %): o seu estatuto pessoal, na grande maioria dos casos, já se encontra mudado antes do casamento. No caso das

raparigas, pelo contrário, trata-se da resposta modal, simétrica da referência ao serviço militar para o sexo masculino. Podemos interpretá-la nos mesmos termos: a concepção do papel essencial do adulto é apreendida através da etapa que assinala o seu momento inicial. Ora, é bem a mulher casada que exerce plenamente as suas funções femininas, tais como as define uma certa tradição, porque é precisamente casando-se que a mulher liga duas famílias e, ao mesmo tempo, assegura a continuidade familiar. Esta resposta corresponde a estruturas a tal ponto fundamentais da sociedade que apresenta diferenciações mínimas: é apenas ligeiramente mais frequente na província do que em Paris, ligeiramente mais frequente nas classes médias do que nas outras.

Assim, os «períodos da vida» correspondem a uma das dimensões da interpretação da sociedade por ela própria. O seu conteúdo e as condições da passagem de um para outro encontram-se carregados de significação social. Destes períodos, a infância e a adolescência são actualmente caracterizadas mais pela irresponsabilidade do que pela inocência em que as investia o século passado. Numa sociedade onde as condições de vida e as tradições são, simultaneamente, muito diversas, encontramos, porém, longe de um consenso geral acerca da duração dessa irresponsabilidade.

3. Transformações na situação objectiva dos adolescentes

Se invertermos a perspectiva e concentrarmos a atenção, não já sobre os limites da infância considerada do ponto de vista dos adultos e sobre as suas variações, mas sobre a situação objectiva dos adolescentes contemporâneos, apercebemo-nos não apenas da diversidade das situações, já evocadas a título exemplificativo, mas ainda e frequentemente de situações modificadas em relação à geração precedente, cujas consequências não podem deixar de incidir sobre a concepção que os jovens se fazem de si mesmos.

Seja, por exemplo, o caso de um filho de agricultor, que, em vez de se integrar nos trabalhos da exploração agrícola dos pais, se emprega como operário fabril, continuando porém a habitar na quinta. Sem dúvida, a sua situação material não melhora substancialmente. Se a empresa se encontra distante, levanta-se cedo, de Verão e Inverno; vê-se constrangido a obedecer na fábrica a um ritmo rápido de trabalho, a um rendimento regular, para os quais a sua actividade anterior não o havia preparado; encontra-se submetido a uma disciplina frequentemente severa; finalmente, as suas perspectivas de futuro não são brilhantes. Em relação à família, porém, a sua situação alterou-se. Em vez de ver o produto do seu trabalho diluído na massa do produto familiar, dispõe agora de um salário. As mais das vezes, mesmo se grande parte da quantia

recebida é entregue à família para a sua sustentação, esse salário confere-lhe o direito a algumas despesas pessoais. Por outro lado, em vez de uma jornada de trabalho sem limites, conhece agora a distinção entre tempos de trabalho e tempos desocupados. Surge-lhe assim a noção de «tempo livre», que, às vezes, por contaminação, se propaga aos jovens agricultores que o rodeiam e que reivindicam, seguidamente junto de seus pais, o direito a dispor também de tempos livres. Este jovem, finalmente, pelo simples facto de que grande parte do seu tempo decorre longe do quadro familiar, cessa de ter a sua vida controlada nos seus mínimos detalhes. Encontra-se, pois, em todos os planos, menos dependente dos pais, mais «separado».

Embora menos evidente, um outro caso é significativo da mesma tendência: o do rapaz cujos pais vivem de uma modesta ocupação urbana e que, em lugar de ir trabalhar numa oficina ou em qualquer outra ocupação subalterna a partir dos 12 ou 13 anos, prolonga, pelo contrário, os estudos até aos 14 ou 15 anos.

Durante este período, irá, sem dúvida, depender economicamente dos pais. Mas, simultaneamente e em relação à situação que lhe seria criada se estivesse ao trabalho, encontra-se, sob diversos pontos de vista, mais desligado da família. Na escola, convive com colegas oriundos de camadas sociais mais diversas do que lhe seria dado encontrar numa oficina; tais contactos fazem-lhe surgir como menos evidentes e indiscutíveis os hábitos da sua família. Finalmente, embora os seus tempos livres se encontrem repartidos por forma diversa dos do jovem operário, não são porém menos numerosos: as férias escolares, com a liberdade que comportam, são longas. As aquisições resultantes do trabalho escolar conferem-lhe ainda uma espécie de superioridade sobre os pais, o que contribui para acentuar a sua «separação» do meio familiar. Ora, defini-lo como mais liberto, significa igualmente sublinhar a sua menor responsabilidade, bem como a menor protecção, a menor preservação, de que é objecto.

O género de vida do adolescente da burguesia encontra-se muito menos alterado em relação às gerações anteriores da sua classe social, do que o dos jovens que acabamos de referir. Na verdade, em todas as classes, as alterações na relação com os pais manifestam-se sobretudo nos indivíduos em vias de mobilidade, isto é, naqueles cuja situação social se modifica. De certo ponto de vista, a jovem da burguesia encontra-se precisamente em processo de mobilidade. É, com efeito, mais livre e menos preservada do que o eram sua mãe ou sua avó. Na maior parte dos casos, segue estudos equivalentes aos de seus irmãos e em condições análogas, o que lhe confere uma autonomia bem mais ampla do que a das raparigas outrora educadas em casa ou em conventos.

4. Os grupos juvenis e a «cultura dos jovens»

Poderá, a partir do que acima considerámos, afirmar-se que os jovens, na vida contemporânea e, sobretudo, nas camadas em vias de transformação, se encontram à margem de toda e qualquer participação em grupos? Ora, na verdade, é justamente na medida em que estes jovens se encontram diferenciados dos adultos que os rodeiam, diferenciados não apenas por sua idade, sua evolução psicológica interna, mas também pelo seu próprio género de vida, é nessa medida que se irão aproximar de outros jovens situados em condições análogas.

A existência de grupos formados exclusivamente por jovens não é, sem dúvida, um fenómeno de hoje. Crianças, adolescentes e jovens adultos viviam, já na Idade Média, literalmente em bandos, alimentados pela caridade pública. Eram genêricamente considerados estudantes, embora nem todos o fossem; constituíam apenas uma «classe de idade» marginal. Sem remontarmos a épocas tão distantes, encontramos, por exemplo, nas aldeias, nas comunidades ainda em grande parte tradicionais, grupos de idade que participam como tais nas festas de estação e nos ritos de «passagem». O que caracteriza, porém, o grupo juvenil contemporâneo, é, por um lado, o seu carácter quotidiano e, por outro lado, a função de substituto da família que tende a desempenhar, apresentando, contudo, características próprias. Uma jovem empregada de comércio interrogada sobre o seu grupo, no decorrer dum inquérito, numa pequena cidade francesa, exprimia-se nestes termos: «Há um café de bairro para onde vamos à tarde, depois do trabalho. Um ou outro camarada do grupo pode lá não estar, mas estão sempre alguns. Eu própria, posso ir ou não ir e ninguém me faz observações se não for. Mas é um sítio onde se pode sempre conversar, depois do trabalho. Se por acaso estivesse aborrecida, lá, sempre os camaradas me haviam de animar». Por esta resposta se apreende o duplo aspecto de não-coacção pelo grupo (que assim se diferencia da família, da escola ou da empresa) e também de solidariedade, de protecção.

Esta protecção não-coactiva é claramente uma compensação contra uma certa *anomia*, pois os bairros novos das cidades, sem passado, sem estrutura e sem pontos fortes frequentemente a engendram. E é precisamente nesses novos bairros que espontaneamente se constituem os grupos de jovens (em francês: *bandes*), tanto mais que aí se deparam, simultaneamente, famílias numerosas e camadas sociais em processo de mudança de actividade e de género de vida. Que, nalguns casos, tais grupos degenerem em delinquência, é facto conhecido, que não nos propomos tratar aqui. Aliás, a delinquência juvenil está longe também de constituir um fenómeno novo, embora o facto de ser frequentemente colectiva o

seja, sobretudo no significado — que as depredações, os roubos e mesmo os assassínios adquirirem — de proeza destinada a impressionar os camaradas.

Está-se muito longe, porém, de que os grupos de jovens, mesmo quando provocam sensação, sejam sempre delinquentes ou pré-delinquentes. O que, de forma genérica, os caracteriza a todos é antes um conjunto de ocupações, sem dúvida diversas segundo o nível de vida dos que os compõem, mas comportando certos aspectos e uma estrutura comuns, qualquer que seja o seu meio social. Tais pontos comuns constituem factor de aproximação de todos os jovens, independentemente da diversidade das suas situações e, por vezes, da futura oposição dos seus interesses. Beneficiando de um adiamento de responsabilidades sociais, é-lhes possível, por isso mesmo, participar dos mesmos valores, pelo menos nas sociedades em que a distância social não é excessiva. Assim, em certa medida, os jovens provenientes de horizontes diversos constituem uma «classe de idade», a *juventude*.

É neste sentido que se fala, por vezes, duma «cultura dos jovens», no sentido antropológico de um conjunto de costumes adquiridos e valorizados por um grupo. Os enormes lucros que certas empresas retiram da produção e manutenção desta cultura são por demais conhecidos. Numerosas empresas, particularmente nos Estados Unidos, visam preferencialmente este público de jovens, lisonjeiam os seus gostos⁴, contam com o seu desejo de uniformidade. A busca comercial de um tal público comprova, porém, a sua existência, a existência de comportamentos que lhe são comuns. A descrição de jovens em êxtase escutando o seu disco favorito em torno a uma *juke-box* rutilante, acompanhando o ritmo no balancear de todo o corpo, é já desnecessária. Nem só os discos se encontram, todavia, em causa: determinado tipo de vestuário, de acessórios, de *gadgets*, propaga-se com enorme rapidez, sobretudo se lançado por uma jovem vedeta. Quanto aos espectáculos destas jovens vedetas, sabe-se que atraem multidões. Proliferam as revistas destinadas a alimentar o culto e a homogeneizar os entusiasmos: a sua venda atinge facilmente um número de exemplares da ordem dos milhões. Mesmo os adolescentes cépticos, inicialmente reticentes, em breve são mais ou menos conquistados. Os próprios adultos não permanecem imunes a esta forma de cultura, embora nela participem por influência dos jovens, o que constitui uma nova orientação da difusão cultural. Edgar MORIN⁵

⁴ Como o revela a obra de J. COLEMAN, *Adolescent Society*, Chicago, 1961, a preocupação pelo trabalho escolar, pelos progressos do conhecimento, encontra-se muito atrás, nos adolescentes americanos, das preocupações com as proezas desportivas, os consumos ostentatórios e a sedução.

⁵ Edgar MORIN, *L'Esprit du Temps*, Paris, 1962.

demonstrou bem o valor específico de que a juventude, ou a sua aparência, se reveste nos nossos dias.

Se apenas se tratasse de um comum entusiasmo juvenil por determinados ídolos, se o fenómeno mais não fôra que uma geral concentração de atenções em determinados fulcros, tratar-se-ia apenas de um fenómeno de moda. Para lá dos fenómenos de admiração comum, existe porém um factor de entrega, de pertença: a *geração* constitui, em larga medida, um grupo de referência e de solidariedade que ultrapassa as próprias fronteiras nacionais. É neste sentido que a explicação do fenómeno em função da propaganda comercial se torna insuficiente. A publicidade dá forma a uma cultura, reforça a uniformização do grupo de idade, mas não a cria, não é responsável pela sua existência.

Os sociólogos não conseguiram ainda distinguir claramente qual a sua origem. Ao que parece, estará, por um lado, nas condições de vida, que oferecem aos jovens um número crescente de tempos livres e, por outro e sobretudo, no sentimento de possuir um futuro comum, muito diferente do passado e, portanto, diferente do género de vida que caracterizou as gerações precedentes. Perante esse futuro e perante a rapidez das transformações que o irão criar, a solidariedade dos jovens, mesmo ao cristalizar em valores provisórios e parcialmente artificiais, permite-lhes dispor de pontos fixos.

5. Conclusão: o problema da atitude dos educadores perante a «cultura dos jovens»

Devem os adultos resignar-se simplesmente a estas orientações de interesses, considerando-as como fenómenos passageiros e inevitáveis, ou mesmo, sob a perspectiva que acabamos de indicar, como sendo funcionais no interior da geração? Qualquer que seja o seu significado, os problemas que suscitam não deixam de ser suficientemente graves em relação a imperativos de desenvolvimento e de melhoria das condições de vida. Com efeito, o desenvolvimento ou a confirmação de uma melhoria de nível de vida já nitidamente em curso, solicitam, da parte dos jovens, uma adesão, uma orientação comum que tenha em conta o trabalho e a organização social: eles estão, objectivamente, na idade das *aquisições instrumentais*. Eis porque, entre os adultos, são os mestres os que mais agudamente são postos em causa. Os seus anátemas seriam, porém, inúteis; e mais ainda o seria a sua demissão.

Há já muito que numerosos educadores se preocupam com a evolução psicológica *individual* dos seus alunos, conhecendo os «casos», os bloqueamentos e, tentativamente, procurando compensá-los. Os comportamentos *colectivos* de geração, os símbolos

representativos dos valores dos adolescentes são-lhes, no entanto, as mais das vezes desconhecidos. Ora são precisamente esta ignorância e, frequentemente, esta rejeição que aprofundam o fosso de distância entre as duas gerações. A um juízo global que os exclui, que os desvaloriza em determinado plano, os adolescentes respondem por uma outra forma de desprezo, considerando o saber do mestre como simples «idiotia». O mestre que tente compreender os seus valores próprios, que, sem ostentação, se mantenha ao corrente da cultura dos jovens e a considere como normal, tem muito mais possibilidades de transmitir a esta geração, não só determinados conhecimentos e aptidões, mas ainda os valores essenciais ao futuro social, que precisamente revestem de um sentido esses conhecimentos e aptidões.

(Tradução de *Fátima Sedas Nunes*)